



**FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES
DE ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

**EXPLANATORY FACTORS LEVEL DISCLOSURE INFORMATION NO PROFIT
ORGANIZATIONS**

**FACTORES EXPLICATIVOS DEL NIVEL DE REVELACIÓN DE INFORMACION
DE ORGANIZACIONES NO GOBE RSEIBERT@santoangelo.uri.br RNAMENTALES**

DOI: 10.18028/2238-5320/rgfc.v6n2p72-93

Rejane da Rocha Pacheco

Mestre em Ciências Contábeis (UNISINOS)

Professora na Instituição FADERGS – Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

Endereço: Rua Riachuelo, 1257 – Centro

90021-273 – Porto Alegre/RS, Brasil

re_conjur@hotmail.com

Clea Beatriz Macagnan

Doutora em Creación, Estrategía y Gestión de empresas - Universidad Autonoma de

Barcelona - Título convalidado pelo programa de doutorado em Ciências Contábeis da USP

Professora do PPG de Mestrado e Doutorado em Ciências Contábeis da UNISINOS

Endereço: Rua Almirante Abreu, 139 apto 802

90420-010 - Porto Alegre / RS, Brasil

cleabeatrizm@gmail.com

Rosane Maria Seibert

Doutoranda em Ciências Contábeis pela UNISINOS

Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da URI – Universidade Regional

Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Endereço: Rua Bento Gonçalves, 1199, apto 401

98801-700 – Santo Ângelo / RS, Brasil

seibert.rosane@gmail.com

RESUMO

Este estudo objetivou analisar os fatores explicativos do nível de evidenciação de informações nas páginas eletrônicas de fundações educacionais e assistenciais sediadas no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. O período de análise foi de agosto de 2011 a junho de 2012 e a amostra foi composta por 48 fundações educacionais e assistenciais, com páginas eletrônicas disponibilizadas na Internet. O nível de evidenciação foi mensurado a partir da elaboração de um instrumento de pesquisa contendo 100 indicadores representativos de informações obrigatórias e voluntárias (Apêndices A e B), utilizados para análise de conteúdo de informações nas páginas eletrônicas publicadas na Internet. Num segundo momento, foram formuladas as hipóteses, estabelecidas a partir de revisão literatura teórica e empírica, que

Recebido em 24.11.2015. Revisado por pares em 30.12.2015. Reformulações em 07.01.2016 e 23.03.2016. Recomendado para publicação em 05.04.2016. Publicado em 27.05.2016



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

foram testadas por meio de regressão linear. A análise econométrica possibilitou inferir que o nível de doações recebidas, o número de pessoas beneficiadas e as organizações apoiadas ou beneficiadas são os fatores explicativos para o nível de evidenciação nas páginas eletrônicas publicadas na Internet das respectivas fundações educacionais e assistenciais do Rio Grande do Sul. Em outras palavras, quanto maior for: o montante de valores recebidos como doações, o número de beneficiados e o número de organizações apoiadas ou beneficiadas pelas fundações educacionais e assistenciais, superior será o nível de evidenciação das mesmas.

Palavras-chave: Nível de evidenciação. Fatores explicativos. Fundações. Organizações do terceiro setor.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the factors that explain the level of disclosure of information on the websites of educational and charitable foundations in the state of Rio Grande do Sul - Brazil. The sample consisted of 48 educational and charitable foundations, with electronic pages available on the Internet. The disclosure level was measured from the development of a survey instrument containing 100 indicators representative of mandatory and voluntary information, used for content analysis of the information in electronic pages published on the Internet. Secondly, the hypotheses were formulated, established from reviewing theoretical and empirical literature and were tested using linear regression. Econometric analysis made it possible to infer that the level of donations received, the number of beneficiaries and those supported or benefited organizations are explanatory factors for the level of disclosure on the websites published on the Internet of educational and charitable foundations of Rio Grande do Sul. In other words, the greater: the sum of amounts received as donations, the number of beneficiaries and the number of organizations supported or benefited from the educational and charitable foundations, higher will be the level of disclosure of the same.

Keywords: Level of disclosure. Explanatory factors. Foundations. Third sector organizations.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar los factores que explican el nivel de divulgación de la información de las páginas web de fundaciones educativas y caritativas con sede en el estado de Rio Grande do Sul - Brasil. La muestra consistió de 48 fundaciones educativas y caritativas, con los sitios web disponibles en Internet. Se midió el nivel de divulgación a partir de la elaboración de un instrumento de estudio que contiene 100 indicadores representativos de la información obligatoria y voluntaria utilizada para el análisis de contenido en páginas electrónicas publicó en Internet. En segundo lugar, las hipótesis fueron formuladas, establecidas a partir de la revisión de la literatura teórica y empírica, que fueron probados por regresión lineal. El análisis econométrico que permitió inferir que el nivel de las donaciones recibidas, el número de beneficiarios y las organizaciones apoyadas os beneficiados son los factores que explican el nivel de divulgación en las páginas Web publicadas en Internet de las fundaciones educativas y caritativas de Rio Grande do Sul. En otras palabras, la mayor: la suma de los importes recibidos como donaciones, el número de beneficiarios y el número de organizaciones apoyadas o beneficiado de las fundaciones educativas y caritativas, mayor será el nivel de divulgación de la misma.

Palabras clave: Nivel de divulgación. Factores explicativos. Fundaciones. Organizaciones del tercer sector.

1. INTRODUÇÃO

As organizações do terceiro setor da sociedade civil, que se declaram com finalidade pública e com fins não econômicos, desenvolvem ações em diferentes áreas - principalmente saúde, educação e assistência social - e geralmente mobilizam a opinião pública e o apoio da população para melhorar determinados aspectos da sociedade (CICONELLO, 2008). No Brasil, essas organizações são constituídas sob a forma jurídica de associações e de fundações privadas (BRASIL, 2002). As fundações são mantidas através de pagamentos dos usuários por serviços prestados e de doações financeiras e não financeiras. Elas estabelecem relações com diferentes grupos de interesses (*stakeholders*), nas esferas pública e privada, tornando a transparência e a prestação de contas uma exigência natural a todos aqueles que as financiam (SOLDI *et al.*, 2007). Nesse sentido a transparência é importante para a sobrevivência das fundações, uma vez que devem prestar contas dos seus atos aos investidores sociais (ASSIS; MELLO; SLOMSKI, 2006). A divulgação da responsabilidade social, que envolve o tripé da sustentabilidade: econômico, financeiro e social, é uma maneira de prestar contas das atividades, o que legitimaria essas organizações junto à comunidade em que estão inseridas (SUCHMAN, 1995).

Uma forma de prestar contas é publicar na Internet as respectivas páginas eletrônicas das fundações. A tecnologia e a Internet estão facilitando a comunicação das organizações com a sociedade, ampliando as possibilidades de transparência (ADELOPO *et al.*, 2012). O uso das páginas eletrônicas é considerado um importante meio de divulgação e complementam os relatórios anuais impressos (ÁLVAREZ; DOMÍNGUEZ; SÁNCHEZ, 2011; MICHELON, 2011). Usar a Internet como plataforma de divulgação é uma alternativa de baixo custo, capaz de atingir os diversos públicos de interesse (CORMIER; LEDOUX; MAGNAN, 2009; NAUDÉ *et al.*, 2004).

Nesse sentido, esta pesquisa objetivou analisar os fatores explicativos do nível de evidenciação de informações nas páginas eletrônicas de fundações educacionais e assistenciais sediadas no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. E, portanto, teve como problema de pesquisa identificar quais são os fatores que explicam o nível de evidenciação dessas organizações, em suas respectivas páginas eletrônicas de Internet. A pesquisa limitou-se às fundações educacionais e assistenciais do Rio Grande do Sul, que tem páginas eletrônicas publicadas na Internet. A revisão de literatura empírica possibilitou reconhecer pesquisas que analisam a divulgação de informações na área pública, como forma de atender a Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF. Também, encontraram-se alguns estudos que analisaram a forma como as fundações são fiscalizadas, sem adentrar no tema aqui proposto: nem no aspecto evidenciação, tampouco na divulgação de informações em páginas eletrônicas da Internet. O que leva a suposição de que existe uma lacuna que mereceu investigação para contribuir com mais informações associando evidenciação com organizações do terceiro setor da sociedade civil, justificando a pesquisa.

Na sequência, o artigo apresenta a revisão da literatura sobre fundações, teoria da legitimidade, transparência no contexto organizacional e evidenciação de informações. Logo após apresenta-se a revisão da literatura empírica e as hipóteses de pesquisa. Depois é referenciada a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, seguida pela apresentação e a análise dos resultados obtidos. Encerra-se o artigo com as considerações finais, recomendações para futuros estudos e as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa.

2 LEGITIMIDADE E TRANSPARÊNCIA ORGANIZACIONAL

A teoria da legitimidade parte do princípio de que uma organização, para ser considerada conveniente, adequada, apropriada ou legítima, conhece e age de acordo com as expectativas, normas, valores, crenças e definições da sociedade em que está inserida (MEYER; SCOTT, 1983; SUCHMAN, 1995). Ou seja, a legitimidade baseia-se no pressuposto de que existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade. Também, que as organizações devem agir dentro de limites, os quais a sociedade identifica como comportamento socialmente aceitável (SHOCKER; SETHI, 1973; LINDBLOM, 1994; SUCHMAN, 1995; O'DONOVAN, 2002; DIAS FILHO, 2007). Esses contratos são baseados na entrega de algum benefício socialmente desejado em troca das organizações sobreviverem e crescerem no ambiente (SHOCKER; SETHI, 1973; PATTEN, 1991). Então, se existe um contrato social entre a organização e a sociedade, as fundações também devem prestar contas de seus atos, buscando a legitimidade, através da aprovação dos seus grupos de interesse (ISLAM; DEEGAN, 2008; PARMAR *et al.*, 2010).

A legitimidade pode ser estabelecida por dois enfoques, a saber: estratégica ou institucional. Quando o enfoque é estratégico, a organização desenvolve a estratégia da mesma com orientação de posicionamento que visem a legitimação da mesma. Portanto, assume um alto nível de controle de gestão. Em outro enfoque, o institucional são as definições culturais que determinam como a organização é construída, dirigida e avaliada (DOWLING; PFEFFER, 1975). O enfoque de legitimidade institucional, subdivide-se em três perspectivas (O'DWYER; OWEN; UNERMAN, 2011; SUCHMAN, 1995): i) pragmática – que repousa sobre os interesses de audiências mais imediatas (*stakeholders*), considerando que a ação da organização afeta o bem estar do público (DOWLING; PFEFFER, 1975); ii) moral – que se estabelece em julgamentos analisando se a atividade organizacional promove bem estar social (SUCHMAN, 1995); e iii) cognitiva – que decorre de modelos culturais em que as atividades organizacionais devem ser previsíveis e significativas (SUCHMAN, 1995). Para Suchman (1995), a legitimidade move-se a partir da pragmática – que é mais manipulável, passando pela moral e atingindo a cognitiva, ponto em que se torna mais sutil e mais auto sustentável.

Tanto para ganhar quanto para manter a legitimidade é importante a comunicação de forma a oferecer prestação de contas, negociações, pedidos de desculpas, justificativas e explicações, que atendam às expectativas dos participantes da organização e da sociedade (DEEGAN; RANKING; VOGHT, 2000; LISTER, 2003). Salienta-se a importância de manter e ou restaurar a legitimidade através da transparência, o que seria uma demanda de várias partes interessadas (ELIJIDO-TEM; KLOOT; CLARCKSON, 2010). Como forma de manter a legitimidade, Herranz de La Casa (2007) destacou a importância de disponibilizar informações sobre todos os aspectos das organizações para diminuir a assimetria informacional e as fricções entre a organização e seus públicos. Para combater a assimetria informacional a organização deve aumentar a sua evidenciação (SHROFF *et al.*, 2013), atendendo aos interesses dos *stakeholders* por informação. A transparência sobre as ações das organizações tornou-se uma questão estratégica, inserindo nas organizações, mecanismos de avaliação e sistemas de informação e comunicação (MICHELON, 2011; RUIZ; MORALES, 2008).

O aumento da evidenciação de informação aconteceria por pressão vinda do público em geral ou como resultado de dúvidas, sobre se a organização está ou não cumprindo o contrato social (CLARKSON, 1995; PATTEN, 2002; TILT, 1994). Com o uso da Internet as organizações respondem às cobranças da sociedade (GOLDSCHMIDT, 2006; INGENHOFF; KOELING, 2007; VOLTOLINI, 2004). Informações *on-line* constituem-se em uma estratégia

de divulgação eficiente para a legitimação ou para manutenção da legitimidade das organizações (LEE; JOSEPH, 2013; NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). Em síntese, a legitimidade é construída através da evidenciação de informações das organizações de forma transparente, simétrica e de fácil compreensão (AKERLOF, 1970; DIAMOND, 1985).

Quando se trata de transparência organizacional, exige-se qualidade das informações prestadas. Destaca-se que os custos da transparência tendem a reduzir-se diante do progresso tecnológico e dos resultados que advêm das divulgações (BOARD; SUITCLIFFE; WELLS, 2002). Além disso, com a diminuição da assimetria da informação (LEUZ; VERRECCHIA, 2000) a legitimidade vai se tornando cognitiva e duradoura (SUCHMAN, 1995). As organizações estão divulgando mais informações financeiras e não financeiras, para as partes interessadas, dentre eles os governos e os doadores e potenciais doadores (PARMAR *et al.*, 2010) para contribuir no processo de tomada de decisão sobre financiar ou não as organizações (HURTT; KREUZE; LANGSAM, 2001). As fundações devem operar com transparência, disponibilizando critérios de acesso e uso dos recursos. Essa prática não é, entretanto, frequente no Brasil (FALCONER; VILELA, 2001). Um ponto a ser considerado é que a falta de transparência pode afetar a captação de recursos, já que uma onda de desconfiança pode ser gerada por um ambiente de poucas informações ou de obscuridade (CAMARGO, 2001).

Algumas categorias de evidenciação são amplamente pesquisadas e referenciadas em diversos estudos, dentre elas destaca-se: econômica e financeira, social, ambiental, estratégica, de governança corporativa, dentre outras (BUSHMAN; PIOTROSKI; SMITH; 2004; GRAY; KOUHI; LAVERS, 1995; LINDBLOM, 1994; PATTEN, 2002; SILVA; MACAGNAN, 2012). A evidenciação acontece basicamente através de informações obrigatórias ou voluntárias (HEALY; HUTTON; PALEPU, 1999). A primeira decorre de exigências legais, enquanto a segunda compreende as informações que, por decisão da administração, são consideradas relevantes para serem divulgadas. Essas informações também podem ser qualitativas ou quantitativas financeiras e não financeiras (O'DONOVAN, 2002).

As informações obrigatórias seguem padrões de evidenciação determinados pelas normas de contabilidade e legislações específicas dos países. Já as informações qualitativas são mais difíceis de avaliar, em termos de significância e relevância, porque recebem pesos variados dos indivíduos que as utilizam para a tomada de decisões (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999). De um modo geral, a informação contábil deve ser compreensível, relevante, confiável e comparável (IUDÍCIBUS; MARION, 2007). A seguir são apresentados alguns estudos empíricos sobre o tema e formuladas as hipóteses da pesquisa.

3 REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

A revisão de literatura empírica sobre o tema possibilitou identificar estudos explicativos que apresentavam testes de hipóteses, sistematizados no quadro 1.

Quadro 1 – Estudos empíricos sobre divulgações de informações em páginas eletrônicas publicadas na Internet.

Autor/ano	O tema do estudo
Kelton & Yang (2008)	Investigar os mecanismos da governança corporativa que levam à transparência e à melhora da divulgação dos relatórios financeiros na Internet.
Cormier, Ledoux & Magnan (2009)	Examinar as possibilidades, os determinantes e os padrões de divulgação de desempenho das organizações na Internet.
Gandía (2009)	Examinar a extensão e a forma como as organizações usam a Internet para divulgar informações sobre ativos intangíveis.
Saxton & Guo (2011)	Investigar as relações de diálogo entre as organizações e as partes interessadas através da Internet.

Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação de Informações de Organizações do Terceiro Setor

Álvarez, Domínguez & Sánchez (2011)	Analisar as variáveis que explicam a evidenciação online de informações das universidades espanholas.
Uwuigbe & Uwalomwa (2011)	Investigar a associação entre as características das organizações e o nível de divulgações corporativas na Internet.
Adelopo <i>et al.</i> (2012)	Examinar como as organizações tornam a comunicação de sua responsabilidade social acessível aos seus públicos de interesse na Internet.

Fonte: Elaboração própria.

A partir do resultado da revisão dos referidos estudos empíricos e revisão da literatura teórica desenvolve-se as hipóteses para essa pesquisa. Hansmann (2003) salienta a necessidade de confiança entre as organizações com fins não econômicos e os doadores e ou usuários de seus serviços. As organizações buscam sinalizar credibilidade para doadores atuais e potenciais, assim como os doadores devem estar interessados em como os recursos doados estão sendo investidos (ISLAM; DEEGAN, 2008). Portanto, formula-se a primeira hipótese de pesquisa:

H1 – Existe relação positiva entre o montante dos valores recebidos por doações e o nível de evidenciação de informações na página eletrônica da fundação publicada na Internet.

O papel das organizações com fins não econômicos, na realização de atividades com responsabilidade social ampliou-se e a discussão acadêmica sobre os aspectos relacionados às formas de gestão intensificou-se (CAMARGO, 2001). Assim, a legitimação da fundação está relacionada a eficiência de gestão. No caso das organizações com fins não econômicos, as despesas relativas a cada programa são indicador de uso eficiente dos recursos (CORE; GUAY; VERDI, 2006), o que pode ser inferido pelo número de atendimentos realizados à sociedade, pois geram despesas às fundações. Nesse sentido, formula-se a segunda hipótese:

H2 – Existe relação positiva entre o número de atendimentos realizados e o nível de evidenciação de informações na página eletrônica da fundação publicada na Internet.

Doadores podem entender a ausência de divulgação voluntária de informações sobre projetos como anúncio de mau desempenho. Alguns estudos registram que, dada a multiplicidade de partes interessadas, as organizações, estrategicamente, respondem às demandas dos principais grupos de interesse e tendem a negligenciar ou ignorar as de outros grupos (LEV; PENMAN, 1990; CLARKSON; KAO; RICHARDSON, 1994; NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). No caso das organizações com fins não econômicos, considerando o objetivo de angariar fundos, se faz necessário atender ao maior número de partes interessadas, assim, supõe-se que:

H3 – Existe relação positiva entre o volume de projetos e o nível de evidenciação de informação na página eletrônica da fundação publicada na Internet.

Estudos sobre a evidenciação de informações econômicas e financeiras (CLARKSON; KAO; RICHARDSON, 1994) concluíram que o tamanho da empresa é um fator importante na explicação da extensão da divulgação voluntária das organizações. Nesse caso, o valor total das arrecadações da organização com fins não econômicos indicaria o tamanho da mesma.. O que leva a testar a seguinte hipótese:

H4 – Existe relação positiva entre o valor total de arrecadação e o nível de evidenciação de informação na página eletrônica da fundação publicada na Internet.

Os estudos empíricos revisados sobre evidenciação apontam que a cobertura da mídia está positivamente correlacionada com a divulgação (BOUTEN; EVERAERT; ROBERTS, 2012; BRAMMER; PAVELIN, 2006; 2008; BRANCO; RODRIGUES, 2008). A mídia forma percepções sobre questões que moldam a divulgação das estratégias das organizações (O'DONOVAN, 2002). Saxton e Guo (2011) enfatizam que a prestação de contas baseada na comunicação reconhece não só a importância de uma relação direta, imediata e participativa entre uma organização e seus constituintes, mas também a ideia de que a responsabilidade é um processo contínuo em vez de uma atividade em estágio final. Nesse sentido, formula-se a seguinte hipótese:

H5 – Existe relação positiva entre comunicação e nível de evidenciação de informação na página eletrônica da fundação publicada na Internet.

Legros e Matsushima (1993), Patten (2002) e Aerts, Cormier e Magnan (2008) levantam a hipótese de que organizações tendem a enfrentar mais pressão da opinião pública e, assim, divulgar mais informações. Entende-se que o mesmo ocorre com as fundações, considerando o seu envolvimento com a sociedade, o nível de evidenciação de informações contribui para as legitimar. Com base nessa questão e utilizando o número de beneficiados e o número de organizações beneficiadas como proxy quantitativa para pressão social, formulam-se as seguintes hipóteses:

H6 – Existe relação positiva entre o número total de beneficiados pela fundação e o nível de divulgação de informações nas páginas eletrônicas publicadas na Internet.

H7 – Existe relação positiva entre o número de organizações beneficiadas pelas fundações e o nível de divulgação de informações nas páginas eletrônicas na Internet.

Essas são as hipóteses levantadas e testadas por meio do modelo apresentado a seguir.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste item, apresenta-se o modelo estatístico utilizado, com a construção da variável dependente e as variáveis representativas das hipóteses formuladas. Na sequência, apresenta-se a forma de obtenção das evidências, o tratamento, a descrição da população e a quantificação da amostra.

Para a análise estatística foi utilizada a técnica de mínimos quadrados ordinários e o modelo de análise construído é o seguinte:

$$NEF = \beta_0 + \beta_1 Doa + \beta_2 Atend + \beta_3 Vol_proj + \beta_4 Arrec + \beta_5 Comun + \beta_6 Benef + \beta_7 Org_benef + \epsilon$$

Onde:

A variável dependente: NEF corresponde ao nível de evidenciação das informações publicadas nas páginas eletrônicas na Internet das fundações. Doa equivale às doações; Atend

significa número de atendimentos; Vol_proj significa volume de projetos; Arrec é igual ao valor total arrecadado; comun significa comunicação; benef significa o número de beneficiados; Org_benef significa o número de organizações beneficiadas pelas fundações e o ϵ é o erro aleatório.

Esta investigação acompanha a tendência de outros estudos (MICHELON, 2011; MURCIA *et al.*, 2008), nos quais o nível de evidenciação foi medido por meio de indicadores que representavam informações, o que possibilitou o cálculo do índice que mede o nível de evidenciação. Isso porque a evidenciação é um conceito abstrato, e sua medição implica na criação de indicadores que representam as informações a serem analisadas.

Para tanto, desenvolveu-se uma revisão de literatura empírica sobre indicadores representativos de informações utilizados em análise de estudos com fundações. Inicialmente, a busca por pesquisas sobre o tema deu-se através da página eletrônica de busca Google e, posteriormente, nas bases de dados. As palavras-chave empregadas na busca foram: indicadores, Internet, website, fundações, transparência e evidenciação de informação on-line. A revisão de literatura nacional possibilitou a identificação de apenas seis artigos com enfoque nos indicadores, um no ano de 2004 na Revista de Administração de empresas – RAE; dois em 2006, sendo um na Revista de Contabilidade – RC/UERJ e outro na Revista de Gestão – REGE; dois em 2007, um na RC/UERJ e outro na Revista Brasileira de Finanças - RBFIn; e um em 2008 na Revista de Ciências da Administração - RCA.

A revisão de literatura empírica foi realizada também nos periódicos internacionais, com as palavras-chave; Internet, *website*, *foundation*, *third sector*, *transparency* e *disclosure online*. Nos periódicos internacionais, através da página eletrônica Scholar Google.com e nas bases de dados Academic Search Premier e Business Source Complete, ambas disponíveis no EBSCOhost – plataforma universal de pesquisas, correspondente ao período de 2002 a 2012, o que resultou em dezenove artigos, nos seguintes periódicos: Academia.edu, Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, Journal of Global Business and Economics, Social Science Research Network, International Journal of Auditing, The International Journal of Digital Accounting Research, International Journal of Accounting Information Systems, The Cost and Management, November-December, Journal of international business research, Managerial Auditing Journal, La Revista Española del Tercer Sector e Journal of Contemporary Accounting & Economics.

A análise sobre indicadores, em publicações nacionais e internacionais, possibilitou o reconhecimento de diferenças entre os estudos. Conforme o quadro 2, os estudos apresentam duas categorias de informação classificadas como: obrigatória e voluntária.

Quadro 2 – Número de indicadores utilizados nas pesquisas e seus respectivos autores.

AUTORES	INDICADORES POR ARTIGOS	
	Obrigatórias	Voluntárias
Budisusetyo e Amilia (2008)	4	7
Calixto, Barbosa e Lima (2007)	14	6
Froidevaux (2004)	4	10
Gray, Kouhy e Lavers (1995)	8	16
Larrán e Giner (2002)	0	11
Michelon (2011)		18
Murcia, <i>et al.</i> (2008)		35
Rodriguez, Pérez e Godoy (2009)	7	20
Silva e Macagnan (2009)	7	83
Shukla e Gekara (2010)	7	4

Soldi, <i>et al.</i> (2007)	8	16
-----------------------------	---	----

Fonte: Elaboração própria.

A construção da lista de indicadores utilizados nesse estudo foi resultado da revisão de literatura empírica e de parecer de três especialistas no tema, o que resultou em uma lista composta por 100 indicadores, conforme apêndices A e B. Desses indicadores, 26 são representativos de informações obrigatórias e 74 de informações voluntárias. Na sequência, desenvolveu-se a análise desses indicadores representativos das informações publicadas nas páginas eletrônicas das fundações que compõem a amostra, atribuindo o valor 1 quando a informação constava e 0 quando não constava. Para tanto foi utilizada a análise de conteúdo onde as evidências qualitativas foram exploradas uma a uma e transformadas em evidências quantitativas.

Com a finalização da análise dos indicadores evidenciados nas páginas eletrônicas, foi possível calcular o nível de transparência de cada uma das organizações pelos índices obrigatórios e voluntários. Explicitando, este cálculo é resultado da soma dos indicadores publicados pela fundação na página eletrônica dividida por 100, que representa o total de indicadores, resultando em um índice representativo do nível de evidenciação, com a seguinte formulação:

$$I_j = \frac{\sum_{i=1}^n x_{ij}}{n_j}$$

Fórmula 1

Onde o número de indicadores esperados para cada empresa corresponde a n_j , a fundação é representada pelo subíndice j , e a quantidade de indicadores é expressa por i . Quando o indicador X_{ij} é evidenciado, recebe o valor de 1, e 0 se não for.

Quadro 3 – Variáveis explicativas constituintes do modelo.

	Hipóteses	Nome da variável	Representação
H1	Volume de doações	β 1 Doa	Volume de doações que a organização recebeu.
H2	Número de atendimentos	β 2 Atend.	Número de atendimentos a terceiros.
H3	Volume de projetos	β 3 Vol_proj	Volume de projetos que a fundação irá desenvolver.
H4	Total de arrecadação	β 4 Arrec.	Total de arrecadação, equivaleria ao tamanho da fundação.
H5	Comunicação de informações	β 5 Comum	Comunicação de informações com a mídia.
H6	Número de beneficiados	β 6 Benef.	Número de beneficiários.
H7	Número de organizações beneficiadas	β 7 Org_benefic	Número de organizações beneficiadas com os programas da fundação.

Fonte: Elaboração própria.

Após a construção e medição da variável dependente e definidas as variáveis explicativas constituintes do modelo, apresentadas acima, definiu-se a amostra.

A definição de população considerou-se que as fundações são “um patrimônio destinado a servir, sem intuito de lucro, a uma causa de interesse público determinada, que adquire personificação jurídica por iniciativa de seu instituidor”, sendo que o seu patrimônio

deve ser suficiente para a manutenção da entidade e dos fins previstos em Estatuto (SZAZI, 2006, p. 37). Para ser considerada uma fundação, a organização deve possuir as seguintes características: não ter fins lucrativos, não distribuir qualquer excedente aos seus associados, donos ou controladores e deve investir todo o superavit no seu objeto fim dentro do território nacional (BRASIL, 1998; SALAMON; ANHEIER, 1997). Diferentes das demais pessoas jurídicas, são consideradas como um patrimônio com um fim determinado que adquire personalidade jurídica por força de lei. O artigo 11 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil), leva à conclusão de que obrigatoriamente, só poderão existir organizações com fins não econômicos (hoje associações e fundações) se objetivarem, em seus especificados fins, questões de interesse coletivo (BRASIL, 2002). As fundações, além de estarem submetidas à legislação, precisam legitimar-se como forma de manter-se não apenas economicamente, mas também para apoio à suas proposições sociais (RUIZ; MORALES, 2008).

Assim a população da pesquisa constituiu-se das fundações cadastradas no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul que possuem página eletrônica publicada na Internet. Com base neste corte, foram excluídas as federações, confederações, sindicatos, associações e demais fundações de outros estados brasileiros. Dentre as fundações identificadas na população de pesquisa foram pesquisadas as da área da educação e da assistência social, excluindo-se as demais áreas. Não foi analisada a questão financeira das entidades, nem a utilização dos recursos arrecadados e nem se as informações evidenciadas foram realizadas. Também não foi analisado qualquer outro veículo de divulgação que não fosse as páginas eletrônicas das fundações.

No Ministério Público do Rio Grande do Sul, em julho de 2011, estavam cadastradas 361 fundações. A opção pela informação da base de dados do Ministério Público foi em função dele ser o órgão oficial fiscalizador do segmento. Desse universo, foram excluídas 239 fundações por não terem páginas eletrônicas disponibilizadas na Internet. Ainda, foram excluídas 59 por não se classificarem como educacionais ou assistenciais, 5 por estarem com as páginas eletrônicas fora do ar, 6 em manutenção e 4 em construção. Assim, a amostra final foi de 48 páginas eletrônicas de fundações sediadas no Rio Grande do Sul atuantes nos segmentos educacional ou assistencial. O acesso às páginas ocorreu entre agosto de 2011 e junho de 2012. A seguir são apresentados os resultados da pesquisa.

5 ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

Este item apresenta a análise descritiva do nível de evidenciação nas fundações identificadas por meio de análise de conteúdo. Também, apresenta a análise de regressão de mínimos quadrados ordinários e o modelo confirmado. Na sequência apresenta-se o resultado das hipóteses testadas, dialogando com a revisão dos estudos anteriores.

Na etapa descritiva, procedeu-se à verificação quantitativa dos indicadores representativos das informações evidenciadas. A análise de conteúdo dos indicadores possibilitou identificar o nível de transparência das fundações, assim como conhecer os indicadores representativos de informação evidenciados. Considerando os 26 indicadores obrigatórios (Apêndice A), o indicador representativo de informação sobre: o valor das doações foi o mais evidenciado, com percentual de 37,5%. Os indicadores: valor da origem dos ingressos e o ícone de acesso aos relatórios obtiveram ambos uma representação de 31,25%. Já os indicadores: Balanço Social, Superavit e *DOAR* foram evidenciados em 27,08% das páginas eletrônicas das fundações analisadas. Os indicadores: DVA, valor das

subvenções e parecer da Auditoria obtiveram o nível de evidenciação de 20,83%. Os demais indicadores apresentaram nível de evidenciação inferior a 20%.

Quando da análise dos 76 indicadores voluntários (Apêndice B), os indicadores: história da entidade e metas e objetivos foram evidenciados por todas as fundações. O indicador: contatos por e-mail obteve um nível de evidenciação de 93,75%, e contatos por telefone, 91,67%. Os indicadores representativos de informações na website e declaração de missão obtiveram 87,50% de evidenciação. O indicador: relatório das atividades obteve 81,25%, enquanto o indicador: transparência nas atividades foi evidenciado por 70,83% das fundações. Os indicadores: divulgação de projetos e atualização do site pontuaram 66,67%, já o indicador: divulgação dos membros obteve 64,58% de nível de evidenciação. Ainda, o indicador: cursos a oferecer obteve nível de evidenciação de 62,50%, enquanto que o indicador: projetos, 58,33%.

Considerando o total de indicadores, a análise identificou que uma das fundações que compõem a amostra obteve 84,62% do nível de evidenciação obrigatória; três fundações obtiveram 76,92% e outras duas 73,08% do nível de indicadores representativos de informação obrigatória evidenciados. Ainda, oito fundações obtiveram o nível de evidenciação acima de 50% dos indicadores obrigatórios, as demais não atingiram este percentual. Quando da análise dos indicadores representativos de informação voluntária, os resultados apontam para apenas uma fundação com índice de evidenciação de 70,27%, configurando-se como organização com maior transparência voluntária, seguida por outra com 60,81%. Oito fundações que compõem a amostra apresentaram nível de evidenciação entre 45% e 60% dos indicadores. As demais fundações obtiveram nível de evidenciação das informações voluntárias propostas, abaixo de 45%.

Interpretando os resultados constata-se que os indicadores identificados como obrigatórios são menos divulgados do que os voluntários. Cabe salientar que os obrigatórios são os que refletem mais informações econômicas e financeiras, demonstram onde os recursos angariados são investidos. Também se pode inferir que estes são obrigatórios, em grande parte, como resultado das pressões sociais pela transparência (PATTEN, 1991; TILT, 1994) que o legislador e ou regulador já atendeu. Quanto aos indicadores de evidenciação voluntária, a divulgação é maior, demonstrando a vontade da fundação, principalmente de contar sua história, mostrar o que ela faz e se mostrar disponível para os públicos de interesse, o que confirma a busca pela confiança (CAMARGO, 2001; HANSMANN, 2003; ORTMANN; SCHLESINGER, 1997) e legitimidade junto à sociedade (SHOCKER; SETHI, 1973; LINDBLOM, 1994, SUCHMAN, 1995).

Concluindo a análise descritiva, observou-se que quando a análise volta-se para o nível de evidenciação das fundações, percebe-se que são poucas as que tem percentual de divulgação superior a 50%. O que significa dizer que apresentam baixo nível de transparência para o número de indicadores identificados nessa pesquisa.

Na sequência desenvolveu-se a regressão, após confirmar que as variáveis não estariam correlacionadas, segundo modelo construído conforme as hipóteses. A seguir, estão apresentadas apenas aquelas variáveis que mostraram significância estatística abaixo de 10%. O modelo reduzido apresenta-se com F de 33,60%, portanto, estatisticamente significativo.

Tabela 1 – Variável dependente: NEF – Nível de Evidenciação das Fundações.

Included observations: 44 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
DOAÇÕES	9.92E-06	2.20E-06	4.513536	0.0001
BENEFICIADOS_PROGR_	5.76E-06	2.58E-06	2.228658	0.0315
ORGANIZAÇÕES_BENEFICIADAS	0.055518	0.022769	2.438351	0.0193
C	19.70340	3.773691	5.221255	0.0000
AR(1)	0.641926	0.104063	6.168641	0.0000
<i>R-squared</i>	0.770658	<i>Mean dependent var</i>	26.31111	
<i>Adjusted R-squared</i>	0.747724	<i>S. D. dependent var</i>	16.93278	
<i>S. E. of regression</i>	8.504850	<i>Akaike info criterion</i>	7.223589	
<i>Sum squared resid</i>	2893.299	<i>Schwarz criterion</i>	7.424330	
<i>Log likelihood</i>	-157.5308	<i>F-statistic</i>	33.60298	
<i>Durbin-Watson stat</i>	2.344690	<i>Prob (F-statistic)</i>	0.000000	

Fonte: Elaboração própria.

O resultado aponta para um R^2 ajustado de 74,77%. Ou seja, as variáveis representativas de: Doações; Beneficiados dos Programas e Organizações Beneficiadas, com resultados estatisticamente significativos, explicam cerca de 75% do nível de evidenciação dos indicadores de informações sobre as fundações nas páginas eletrônicas. Destaca-se que as variáveis explicativas diferem em grau de significância. A variável Doações tem significância a 1%, enquanto que as variáveis Beneficiados dos Programas e Instituições Apoiadas têm grau de significância a 5%. As demais variáveis não apresentaram significância estatística. A seguir, comentam-se as hipóteses testadas nesse estudo.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS HIPÓTESES

Das sete hipóteses testadas, quatro foram rejeitadas e três não foram rejeitadas estatisticamente.

A H2: “existe relação positiva entre o número de atendimentos realizados e o nível de evidenciação de informações na página eletrônica da fundação publicada na Internet”, não se confirmou como um dos fatores explicativos da evidenciação de informações nas páginas eletrônicas das fundações, demonstrando melhoria na forma de gestão (CAMARGO, 2001). Também não se confirma a vontade das fundações em demonstrar o uso eficiente dos recursos conforme dito por Core, Guay e Verdi (2006) o que contribuiria para a legitimação delas.

As hipóteses relativas: *ao volume de projetos – H3 e ao valor total de arrecadação – H4; e a comunicação*, também foram rejeitadas. No que se refere aos projetos, onde se esperava a divulgação como forma de atender às demandas dos principais grupos de interesse, preconizado por diversos estudos (CLARKSON; KAO; RICHARDSON, 1994; LEV; PENMAN, 1990; NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998), a hipótese não se confirmou. Esperava-se relação positiva entre o total de arrecadação representativo do tamanho da fundação e o nível de evidenciação delas como fora encontrado nos estudos de Clarkson, Kao e Richardson (1994), porém, isso também não se confirmou.

Considerando a hipótese comunicação: nível de evidenciação de informação na página eletrônica da fundação publicada na Internet – H5, a não confirmação contraria os apontamentos de O’Donovan (2002) que enfatiza que a prestação de contas baseada na comunicação reconhece a importância de uma relação direta, imediata e participativa entre a organização e seus *stakeholders*, como forma de prestação de contas oportuna e simétrica da responsabilidade social (AKERLOF, 1970).

As hipóteses: 1, 6 e 7 não foram rejeitadas. A hipótese referente ao volume de doações – H1, não foi rejeitada como explicativa do nível de evidenciação de informações nas páginas eletrônicas das fundações, conforme esperado quando da análise do estudo de Islam e Deegan (2008). Significa dizer que, quanto maior o total de doações, maior é o nível de evidenciação. Pode-se supor que os gestores das fundações evidenciam mais informações para aumentar a credibilidade junto aos doadores e potenciais doadores especialmente, além dos usuários dos seus serviços (HANSMANN, 2003) como forma de legitimação e continuidade das operações na comunidade onde estão inseridas (LINDBLOM, 1994; SHOCKER; SETHI, 1973; SUCHMAN, 1995).

As hipóteses do número de pessoas beneficiadas – H6 e do número de organizações beneficiadas pelas fundações – H7, também não foram rejeitadas. Considerando a importância e o envolvimento das fundações com a sociedade e também com outras organizações, Saxton e Guo (2011), afirmam que há evidências de que existe relação positiva entre essas variáveis e organizações com fins não econômicos. Pode-se inferir que os gestores das fundações evidenciam mais informações sobre essas relações, como forma de responder às pressões sociais por informações (PATTEN, 2002; AERTS; CORMIER; MAGNAN, 2008; LEGROS; MATSUSHIMA, 1993), o que pode levar a redução da assimetria da informação (AKERLOF, 1970; DIAMOND, 1985) e a manutenção ou melhoria da legitimidade das fundações (SUCHMAN, 1995).

Os resultados possibilitam inferir que, quanto maior for o nível de doações, organizações beneficiadas e o número de pessoas envolvidas nos projetos, maior será o nível de evidenciação de informações das fundações em suas respectivas páginas eletrônicas publicadas na Internet. Os resultados também apontam para a preocupação das fundações com a legitimação delas junto à comunidade onde estão inseridas, porém, cabe salientar que a busca por credibilidade usando a ferramenta da divulgação pela Internet ainda pode ser melhor explorada, confirmado pelo nível de evidenciação calculado para cada fundação e também pelos tipos de informações que elas divulgam confirmado pelas hipóteses testadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para responder quais são os fatores explicativos do nível de evidenciação de informações nas páginas eletrônicas de fundações sediadas no Rio Grande do Sul – Brasil, com o intuito de identificar se o nível de transparência corresponde às necessidades de prestação de contas para os *stakeholders* – principalmente doadores e potenciais doadores – na busca de credibilidade para a legitimação das fundações na sociedade, utilizou-se de uma amostra específica, constituída de 48 fundações do Rio Grande do Sul - Brasil, organizações com fins não econômicos pertencentes ao terceiro setor da sociedade civil, que atuam em assistência social e educação.

A pesquisa empírica identificou 100 indicadores de evidenciação distribuídos entre obrigatórios e voluntários que serviram para construir a variável dependente do nível de evidenciação das fundações – NEF, pela busca deles nos sítios de Internet de cada uma das fundações. Outros estudos foram fundamentais para a elaboração das sete hipóteses testadas e para a definição das variáveis independentes da análise de regressão objetivando explicar o nível de evidenciação.

A questão de pesquisa foi respondida no momento em que se identificou os valores recebidos em doações, o número total de beneficiados e o número de organizações beneficiadas pelas fundações, como fatores explicativos do nível de evidenciação delas, que

também correspondem a algumas formas de prestação de contas para os *stakeholders* na busca por credibilidade e legitimação das fundações na sociedade onde estão inseridas.

As principais contribuições dessa pesquisa ficam por conta da identificação dos indicadores de evidenciação obrigatória e voluntária das organizações com fins não econômicos que poderão ser replicados em outros estudos empíricos. Bem como para os tres fatores explicativos de evidenciação de informações nas páginas eletrônicas das fundações que poderão ser explorados pelas próprias fundações no sentido de usá-los com maior afincamento no intuito de aumentar os fundos advindos de doadores. Além disso, existe a possibilidade de exploração de outros fatores levantados nas hipóteses como potenciais alavancadores de legitimidade para essas organizações.

Considerando que a presente pesquisa apresentou limitações que inviabilizaram algumas conclusões no que se refere a legitimidade das organizações e a assimetria da informação, sugere-se que em futuros estudos, a amostra seja ampliada e a qualidade e oportunidade das informações também sejam consideradas, pois apenas com a quantidade de informações a afirmação de que a evidenciação contribui para a credibilidade e legitimação das fundações fica fragilizada. No mesmo sentido, organizações do terceiro setor ainda são pouco exploradas pela literatura nacional e internacional e, considerando a sua relevância para a economia, sugere-se mais estudos, principalmente para verificar se elas entregam o que dizem que entregam como produto social.

REFERÊNCIAS

ADELOPO, Ismail, MOURE, Ramiro C.; PRECIADO, Lucely Vargas; OBALOLA, Musa. Determinants of web-accessibility of corporate social responsibility communications. **Journal of Global Responsibility**. v. 3, n. 2, p. 235-247, 2012.

AERTS, Walter; CORMIER, Denis. MAGNAN, Michel. Corporate environmental disclosure, financial markets and the media: An international perspective. **Ecological Economics**. n. 64, p. 643-659, 2008.

AKERLOF, George A. The Market for "Lemons: Quality Uncertainty and the Market Mechanism." **The Quarterly Journal of Economics**. v. 84, n. 3, p. 488-500, aug. 1970.

ÁLVAREZ, Isabel Gallego; DOMÍNGUEZ, Luis Rodríguez; SÁNCHEZ, Isabel María García. Information disclosed online by Spanish universities: content and explanatory factors. **Online Information Review**. v. 35, n. 3, p. 360-385, 2011.

ASSIS, Marcio Sanches de; MELLO, Gilmar Ribeiro de; SLOMSKI, Valmor. *Transparência nas entidades do Terceiro Setor: a Demonstração do Resultado Econômico como instrumento de mensuração de desempenho*. In: **Anais 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, São Paulo, 2006.

BOARD, John; SUTCLIFFE, Charles M.; WELLS, Stephen. **Transparency and fragmentation: financial market regulation in a dynamic environment**. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

BOUTEN, Lies; EVERAERT, Patricia; ROBERTS, Robin W. How a two-step approach discloses different determinantes of voluntary social and environmental reporting. **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 39, n. 5 e 6, p. 567-605, jun/ jul, 2012.

BRAMMER, Stephen; PAVELIN, Stephen. Factors Influencing the Quality of Corporate Environmental Disclosure. **Business Strategy and the Environment**. n. 17, p. 120-136, 2008.

BRAMMER, Stephen; PAVELIN, Stephen. Voluntary Environmental Disclosures by Large UK Companies. **Journal of Business Finance & Accounting**. v. 33, n. 7, p. 1168-1188, oct, 2006.

BRANCO, Manuel Castelo; RODRIGUES, Lúcia Lima. Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. **Journal of Business Ethics**. n. 83, p. 685-701, Springer, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Biblioteca Digital Câmara dos deputados, 35ª Edição, Brasília - DF, 2012.

BRASIL. **Lei 10.406** de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. Brasília: DOU de 11.01.2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 15 jan. 2011.

BRASIL. **Lei nº 9637**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Brasília: DOU, 15 de maio de 1998. DOU de 18.5.1998 e retificado no DOU 25.5.1998. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm>. Acesso em 15 jan. 2011.

BUDISUSETYO, Sasongko; ALMILIA, Luciana Spica. **The Practice of Financial Disclosure on Corporate Website: Case Study in Indonesia** (Aug, 12 2008). Disponível em: SSRN: <<http://ssrn.com/abstract=1219451>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1219451>>. Acesso em 15 jan. 2011.

BUSHMAN, Robert M.; PIETROSKI, Joseph D.; SMITH, Abbie J. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**. v. 42, n. 2, p. 207-252, may, 2004.

CALIXTO, Laura; BARBOSA, Ricardo R.; LIMA, Marlene. Disseminação de informações ambientais voluntárias: Relatórios contábeis versus Internet. **Revista de Contabilidade e Finanças**, São Paulo, Edição 30 anos de Doutorado, p. 84-95, jun, 2007.

CAMARGO, Mariângela Franco de. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Futura, 2001.

CICONELLO, Alexandre. **O que é uma ONG?** Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: 10 jan 2011.

CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CLARKSON, P.; KAO, J.; RICHARDSON, G. The voluntary inclusion of forecasts in the MD&A section of annual reports. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 1, p. 423-50, 1994.

CORE, John E.; GUAY, Wayne R.; VERDI, Rodrigo S. Agency problems of excess endowment holdings in not-for-profit firms. **Journal of Accounting and Economics**, v. 41, n. 3, p. 307-333, sep, 2006.

CORMIER, Denis; LEDOUX, Marie-José; MAGNAN, Michel. The use of Web sites as a disclosure platform for corporate performance. **International Journal of Accounting Information Systems**, n. 10, p. 1-24, 2009.

CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel, Environmental reporting management: a continental European perspective, **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 22, n. 1, p. 43-62, 2003.

DEEGAN, Craig, RANKING, Michaela; VOGHT, Peter. Firms' disclosure reactions to major social incidents: Australian evidence. **Accounting Forum**, v. 24, n. 1, p. 101-130, 2000.

DIAMOND, Douglas W. Optimal Release of Information by Firms. **The Journal of Finance**, v. 40, n. 4, p. 1071-1094, sep, 1985.

DIAS FILHO, José Maria. Políticas de evidenciação contábil: um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. In: EnANPAD, n. 31. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

DOWLING, John; PFEFFER, Jeffrey. Organizational legitimacy: Social values and organizational behavior. **Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 122-136, 1975.

ELIJIDO-TEN, Evangeline, KLOOT, Louise; CLARCKSON, Peter. Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures: An exploratory study from a developing country. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23, n. 8, p. 1032-1059, 2010.

FALCONER, Andrés P.; VILELA, Roberto. **Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2001.

FROIDEVAUX, Ewa A. **Investor relation Internet disclosure and the cost of equity capital**. Thesis Doctor of Economics and Social Sciences. Faculty of Economics and Social Sciences. University of Fribourg. Switzerland. 2004.

GANDÍA, Juan L. Internet disclosure by nonprofit organizations: empirical evidence of nongovernmental organizations for development in Spain. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 1, p. 57-78, feb, 2009.

GOLDSCHMIDT, Andrea. **Estratégias de comunicação para o Terceiro Setor**. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano6/08/financiadores.htm>>. Acesso em: 5 abr 2006.

GRAY, Rob; KOUHY, Reza; LAVERS, Simon. Corporate social and environmental reporting: A review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, Vol. 8, No. 2. p. 47-77, 1995.

GUTHRIE, James; PARKER, Lee D. Corporate social disclosure practice: a comparative international analysis. **Advances in Public Interest Accounting**, v. 3, p. 159-175, 1990.

GUTHRIE, James; PARKER, Lee D. Corporate social reporting: A rebuttal of legitimacy theory. **Accounting and Business Research**, v. 19, n. 76, p. 343-352, 1989.

HANSMANN, Henry. **The role of trust in nonprofit enterprise**. Em *The study of nonprofit enterprise: Theories and approaches*, por Helmut K. Anheier e Avner Ben-Ner, 115-122. New York: Plenum Publishers, 2003.

HEALY, P., HUTTON, A. P., PAPELU, K. G. Stock performance and intermediation changes surrounding sustained increases in disclosure. **Contemporary Accounting Research**, v. 16, n. 3, p. 485-520, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERRANZ DE LA CASA, J. M. La gestión de la comunicación como elemento generador de transparencia en las organizaciones no lucrativas. CIRIEC – España – **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 57, p. 5-31, 2007.

HURTT, D. N., KREUZE, J. G.; LANGSAM, S. A. Using the Internet for financial reporting. **The Journal of Corporate Accounting & Finance**, v. 12, n. 3, p. 67-75, 2001.

INGENHOFF, D.; KOELLING, A. M. The potential of Web sites as a relationship-building tool for charitable fundraising NPOs. **Public Relations Review**, v. 35, n. 1, p. 66-73, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos & pesquisas: informação econômica: as fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, 2006**. Rio de Janeiro, 2009.

ISLAM, M.; DEEGAN, C. Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information: evidence from Bangladesh. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 21, n. 6, p. 850-874, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KELTON, Andrea S.; YANG, Ya-wen. The impact of corporate governance on internet financial reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 27, p. 62-87, 2008.

LARRÁN, Manuel. GINER, Bogoña. The Use of the Internet for Corporate Reporting by Spanish Companies. **The International Journal of Digital Accounting Research**, v. 2, n. 1, p. 53-82, 2006.

LEE, Roderick L.; JOSEPH, Rhoda C. An examination of web disclosure and organizational transparency. **Computers in Human Behavior**, n. 29, p. 2218-2224, 2013.

LEGROS, P.; MATSUSHIMA, H. As parcerias eficientes e quase eficientes. **Revisão de Estudos Econômicos**, v. 60, n. 3, p. 599-611, 1993.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure. **Journal of accounting research**, v. 38, Supplement: Studies on Accounting Information and the Economics of the Firm, p. 91-124, 2000.

LEV, B.; Penman, S. Voluntary forecast disclosure, nondisclosure, and stock prices. **Journal of Accounting Research**, v. 28, p. 49-76, 1990.

LINDBLOM, Cristi K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. Paper apresentado na **Critical Perspectives on Accounting Conference**. New York, NY, 1994.

LISTER, S. **NGO legitimacy: technical issue or social construct?** Critique of Anthropology, London: Sage Publications, p.175-192, 2003.

MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. **Centralization and the legitimacy problems of local government**. In: MEYER, J. W.; SCOTT, W. R. Organizational environments: ritual and rationality. Beverly Hills: Sage, p. 199-215, 1983.

MICHELON, Giovanna. Sustainability disclosure and reputation: A comparative study. **Corporate Reputation Review**, v. 14, n. 2, p. 79-96, 2011.

MURCIA, Fernando Da-Ri; FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; ROVER, Suliani; LIMA, Gerlando A. S. F. De; LIMA, Iran. Disclosure 'Verde' nas Demonstrações Contábeis: Características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 260-278, 2008.

NAUDÉ, A. M.; FRONEMAN, J. D.; ATWOOD, R. A. The use of the internet by ten South African nongovernmental organizations-a public relations perspective. **Public Relations Review**, v. 30, n. 1, p. 87-94, 2004.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Organizations & Society**, v. 23, n. 3, p. 265-282, 1998.

O'DONOVAN, Gary. Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

O'DWYER, Brendan; OWEN, David; UNEMAN, Jeffrey. Seeking legitimacy for new assurance forms: The case of assurance on sustainability reporting. **Accounting, Organizations and Society**, n. 36, p. 31-52, 2011.

ORTMANN, Andreas; SCHLESINGER, Mark. Trust, Repute, and the Role of Nonprofit Enterprise. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, v. 8, n. 2, p. 97-119, 1997.

PARMAR, Bidhan L., R. FREEMAN, Edward; HARRISON, Jeffrey S.; WICKS, Andrew C.; PURNELL Lauren; COLLE, Simone de. Stakeholder theory: The state of the art. **The Academy of management annals**, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.

PATTEN, Dennis M. Exposure, legitimacy and social disclosure. **Journal of Accounting and Public Policy**, n. 10, p. 297-308, 1991.

PATTEN, Dennis M. The relation between environmental performance and environmental disclosure: A research note. **Accounting, organizations and Society**, v. 26, n. 2, p. 763-773, 2002.

RODRIGUEZ, Maria Del Mar G.; PÉREZ, Maria del Carmen C.; GODOY, Manuel Lopes. La transparência on-line de las ONG Españolas. **Revista Española del Tercer Sector**, Madrid, n. 13, p. 63-86, 2009.

RUIZ, M. Tirado; MORALES, P. A. C. Transparencia y calidad de la información económico-financiera en las entidades no lucrativas: un estudio empírico a nivel andaluz. CIRIEC – España, **Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**, n. 63, p. 253-274, 2008.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. **Defining the nonprofit sector: a cross-national Analysis**. Manchester University Press, 1997.

SAXTON, Gregory D.; GUO, Chao. Accountability on line: understanding the Web-Based Accountability Practices of Nonprofit Organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 40, n. 2, p. 270-295, jul, 2011.

SHOCKER, Allan D.; SETHI, S. Prakash. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, v. 15 n. 4, p. 97-105, 1973.

SHROFF, Nemit; SUN, Amy X.; WHITE, Hal D.; ZHANG, Weining. **Voluntary Disclosure and Information Asymmetry: Evidence from the 2005 Securities Offering Reform**. 11 de 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1846123>> Acesso em 26 mar 2014.

SHUKLA, Anita; GEKARA, Mouni G. Corporate reporting in modern era: A comparative study of Indian and Chinese companies. **Global Journal of International Business Research**, v. 4, n. 10, p.42-56, 2010.

SILVA, Vanderléia dos. MACAGNAN, Clea Beatriz. Categorias de informações evidenciadas nos relatórios anuais. **REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul**, v. 17, n. 2, p. 154 - 174, 2012.

SOLDI, Alexandra R.; HATZ, Claudia R.; SANTOS, Gilmar R.; SILVA, Meyriane M. da; MILANI FILHO, Antonio F. Transparência no Terceiro Setor: um estudo sobre as organizações filantrópicas. **Jovens Pesquisadores**, v. 4, n. 1, jan / jun, 2007.

SUCHMAN, Mark C. Managing Legitimacy: Strategic and Institutional Approaches. **Academy of Management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

SZAZI, E. **Terceiro Setor: regulação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TILT, Carol Ann. The Influence of External Pressure Groups on Corporate Social Disclosure: Some Empirical Evidence. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 7, n. 4, p. 47-72, 1994.

UWALOMWA Uwuigbe, An empirical investigation of the association between firms characteristics and Corporate social disclosures in the nigerian financial sector. **Journal of Sustainable Development in Africa**, v.13, n. 1, p. 60-74, 2011.

VOLTOLINI, Ricardo (org.). **Terceiro Setor: planejamento & gestão**. São Paulo: Senac, 2004.

Apêndice A: Indicadores Obrigatórios de Evidenciação

INDICADORES OBRIGATÓRIOS	
1	Balanço Social
2	Balanço Patrimonial
3	Demonstração de Superávit ou Déficit
4	Demonstração de Fluxos de Caixa
5	Mutações do Patrimônio Social
6	Notas Explicativas
7	Relatório de Auditoria
8	Inventário de Elementos Patrimoniais
9	Demonstração de Isenções Previdenciárias
10	Ícone de acesso aos relatórios
11	Valor das doações
12	Valor das subvenções
13	Publicação na imprensa oficial
14	Remessa – demonstrações aos interessados
15	Disponibilização das demonstrações aos usuários
16	Comunicação que as DRE estão à disposição
17	Segregação de contas de receitas e despesas por atividade
18	Informação s/critérios de apuração das receitas e despesas
19	Descrição das obrigações de longo prazo
20	Valor da origem dos ingressos

Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação de Informações de Organizações do Terceiro Setor

21	DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Social
22	DOAR - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
23	Demonstração do Valor Adicionado
24	Demonstração do Resultado do Exercício
25	Relatório da Administração
26	Informação às partes interessadas

Apêndice B: Indicadores Voluntários de Evidenciação

	INDICADORES VOLUNTÁRIOS
1	História da entidade
2	Relatório de atividades
3	Metas e objetivos
4	Fatores críticos de sucesso (plano de ação)
5	Eventos importantes no ano
6	Demonstrativo das Despesas
7	Tem estrutura organizacional
8	Investimentos em Recursos Humanos
9	Sumário dos Resultados Históricos
10	Demonstrativo das Receitas
11	Custo da atividade de captação de recursos
12	Evidenciação dos recursos com finalidade exclusiva
13	Transparência das atividades
14	Tem canal de sugestões
15	Tem divulgação dos projetos
16	Número de funcionários remunerados
17	Número de voluntários e horas dedicadas
18	Satisfação dos usuários dos serviços
19	Satisfação dos funcionários
20	É vinculado a outra entidade
21	Políticas e projetos de investimento
22	Resultados e desempenho projetados
23	Divulga sumários de resultados anteriores
24	Informações gerais disponíveis no website
25	Declaração da missão da organização
26	Destinação de Recursos Captados
27	Número de beneficiários
28	Políticas de Investimento
29	Contatos por telefone
30	Contatos por e-mail
31	Tem patrocinadores/financiadores
32	Tem descrição dos membros da Diretoria
33	Tem subsídios do governo
34	Tem atualização do site
35	Aceita sugestão de novos projetos
36	Oferece a possibilidade de fazer doação on-line
37	Número de reuniões anuais dos órgãos
38	Temas que tratam das reuniões anuais
39	Informações em outro idioma
40	Tem notícias financeiras
41	Tem analistas no site
42	Oferece visualização do código de ética

Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação de Informações de Organizações do Terceiro Setor

43	Relatório de sustentabilidade
44	Relatório de impacto no meio ambiente
45	Divulgação financeira
46	Acesso às instalações físicas
47	Informações operacionais e administrativas
48	Divulgação dos nomes dos membros da adm.
49	Atualização semestral (relatórios)
50	Atualização mensal (relatórios)
51	Atualização trimestral (relatórios)
52	Atualização anual (relatórios)
53	Divulgada a aprovação de despesas
54	Seleção de membros da organização
55	Existência de organograma
56	Grau de cumprimento dos objetivos através das atividades realizadas
57	Principais financiadores das receitas
58	É divulgada a seleção de fornecedores
59	Divulga critério de seleção de projetos
60	Mapa do site
61	Caixa de busca
62	Declaração de renda
63	Carta do presidente
64	Assinatura do presidente
65	Assinatura do auditor
66	Responsabilidade social
67	Existe algum questionário on-line
68	Tem cursos a oferecer
69	Prestação de contas
70	Tem departamento de recursos humanos
71	Existe link de satisfação dos usuários
72	Número de doadores
73	Tem projetos na página
74	Há registro on-line p/novos doadores